

Brasil fecha acordo provisório da dívida com bancos credores

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro fechou no último dia 23, quarta-feira, o acordo provisório com os bancos internacionais credores do País, que viabiliza o pagamento dos juros da dívida externa vencidos entre outubro e dezembro último. O anúncio foi feito pelo ministro interino da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, logo após comunicar esse acerto ao presidente José Sarney.

Serão alocados US\$ 500 milhões das reservas cambiais brasileiras e mais US\$ 1 bilhão dos bancos credores, para serem creditados nas contas dos bancos internacionais em duas etapas. Na primeira o País depositará US\$ 357 milhões e os bancos credores, US\$ 714 milhões, para pagamento dos juros vencidos entre o mês de outubro e 15 de dezembro último. A segunda parcela, de US\$ 143 milhões do lado brasileiro e US\$ 286 milhões dos bancos credores, envolve os recursos restantes, que serão suficientes para saldar os juros vencidos entre 16 e 31 de dezembro. A segunda parcela, segundo Nóbrega, somente será depositada em princípio de janeiro.

"Isso vem mostrar que a mudança no Ministério da Fazenda não afetou, não perturbou o processo de negociação com os credores externos", observou o ministro interino da Fazenda.

No dia 11 de janeiro próximo seguirá para Nova York o novo negociador da dívida externa brasileira, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que ocupará a função de Fernando Bracher como principal interlocutor dos bancos

credores no comitê de assessoramento da dívida externa. O pedido de exoneração de Bracher foi aceito na última quarta-feira pelo presidente da República, após tentativa sem sucesso de mantê-lo no cargo, e nos próximos dias Sarney assinará a sua demissão.

Com o fim da moratória, decretada em 20 de fevereiro passado pelo ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, Milliet sentará com os bancos credores para negociar o refinanciamento dos juros da dívida externa a vencer no ano que vem e em 1989. O prazo para encerrar esta negociação multianual foi originalmente marcado para o dia 15 de janeiro próximo.

Mas o ministro interino da Fazenda admitiu que esse prazo poderá ser prorrogado para até o dia 29 de janeiro, quando deverão estar acertadas as taxas de juros, "spreads", salvaguardas para casos de elevação das taxas de juro internacionais ou de comércio e, também, a tese da "securitização" da dívida

externa, lançada pelo ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, como instrumento para solução de longo prazo da dívida externa. A assinatura definitiva do acordo multianual está prevista para o dia 31 de maio.

Nóbrega esclareceu que as dificuldades encontradas com o banco do Kuwait e com outro banco do golfo Pérsico — que não quiseram aderir ao acordo provisório — acabaram sendo contornadas com o aporte superior feito por outros bancos credores, que ele não quis identificar.

Agora, ele manterá diversas reuniões com a equipe técnica do Banco Central para montar as projeções do balanço de pagamentos para 1988, que serão fornecidas aos economistas do comitê de assessoramento dos bancos credores, que desembarcam em Brasília na primeira semana de janeiro.

As projeções sobre as contas externas para o ano que vem e as metas para a economia, internamente, serão reelaboradas pela equipe econômica do Ministério da Fazenda e do Banco Central, obedecendo aos parâmetros indicados no Plano de Controle Macroeconômico do ex-ministro Bresser Pereira e, segundo o ministro interino, as novas perspectivas delineadas com o "pacote" fiscal serão incorporadas num novo documento a ser enviado ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nóbrega não quis avan-

çar no cronograma da retomada das negociações com o FMI, alegando que isso deverá ser avaliado pelo novo ministro da Fazenda. Indagado se ele poderia ser o ministro efetivo, como parece ser a tendência de solução para o Ministério da Fazenda, Nóbrega disse que não foi convidado pelo presidente Sarney para assumir efetivamente o Ministério, mas apenas para ser interino.

O desfecho do acordo provisório de suspensão da moratória brasileira foi comunicado aos bancos credores na última quarta-feira, através de telex enviado pelo comitê assessor da dívida e assinado também pelo negociador Fernando Bracher. O telex diz que 110 bancos comerciais participaram do acordo provisório que teve como objetivo levantar US\$ 4,5 bilhões — sendo US\$ 3 bilhões dos credores, US\$ 1,5 bilhão do País — para normalizar os fluxos de pagamento de juros interrompidos com a moratória de 20 de fevereiro.

"PACOTE"

No "front" interno, o ministro interino da Fazenda considerou normal a reação contra o "pacote fiscal" — pois ninguém se alegra em pagar mais impostos — e ressaltou que o importante agora é "realizar um orçamento de forma menos tumultuada" para reduzir o déficit público, diminuindo, assim, as pressões inflacionárias para 1988.